



BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br



Mais uma semana de "goleada"

O depoimento do ex-secretário de Comunicação do governo Fabio Wajngarten é o mais esperado desta semana na CPI da Pandemia. É dali que um grupo da comissão de inquérito pretende confirmar a tese de que houve o oferecimento de vacinas e que o governo é que não quis comprar. Também será perguntado sobre a propaganda "O Brasil não pode parar", de março do ano passado, contra o distanciamento social.

Nem tanto

Se for por esse caminho, Wajngarten corre o risco de deixar a CPI acusado pelo governo de usar o cargo para fazer lobby, uma vez que essa ponte entre governo e Ministério da Saúde não era sua função. Tinha muita gente, na área da saúde, que poderia ter sido procurada pelos laboratórios, ainda mais um grande como a Pfizer.

Nem tão cedo

Os governistas começam a ficar incomodados com a perspectiva de demora da convocação de governadores para prestar esclarecimentos à CPI. Porém, enquanto não houver uma conclusão sobre as responsabilidades do governo federal, os governadores dificilmente serão chamados.

A política turva a reforma

A decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), de fatar a relatoria da reforma tributária, e não apenas o texto, é vista como um termômetro de que a relação entre Lira e o atual relator, Aguinaldo Ribeiro (Progressistas-PB), azedou de vez e quem vai pagar a conta é a própria reforma. Aliados de Lira têm dito que esse sistema de vários relatores levará à aprovação apenas de um naco do texto, como a simples junção da PIS/Cofins, o que não pode ser definido como "reforma tributária", e sim uma enganação para lubrificar os desavisados.



No mesmo rumo seguirão as privatizações. Dificilmente o Congresso aprovará, porque a oposição é contra e ainda há um grupo ligado ao presidente Jair Bolsonaro que não deseja privatizar setores estratégicos, como petróleo e energia.

O "jeitinho" vai dar problema

Os recursos decorrentes das emendas de relator-geral — que receberam o apelido de "orçamento secreto" — foram a forma que o Poder Executivo e seus aliados no Congresso encontraram, ainda em 2018, para beneficiar os mais próximos ao governo, além das emendas individuais. Agora, com a reportagem publicada no último fim de semana, no jornal *O Estado de S. Paulo*, com suspeita de superfaturamento de tratores, tem tudo para virar uma nova CPI.

Só tem um porém

No passado, da mesma forma que, em 1992, usou-se o caso do então presidente Fernando Collor como justificativa para não abrir uma CPI do Orçamento, agora vai-se usar a CPI da Covid e a crise sanitária para não se fazer qualquer investigação.

CURTIDAS

Radiografia/ A gestão do Ministério da Economia vem sendo objeto de uma pesquisa entre formadores de opinião. Tem muita gente interessada em saber qual a avaliação do trabalho de Paulo Guedes.

Por falar em Paulo Guedes.../ Hoje, ele tem audiência virtual na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para falar a respeito da reforma administrativa. Com a tributária ainda incerta, é na administrativa que o governo está apostando as fichas.

Divulgação



Fica esperto/ O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (foto), e o mau exemplo na roda de samba, empata o jogo com o governador do estado, Cláudio Castro, que, recentemente, deu uma festa. Paes já pediu desculpas, disse que errou, mas o estrago está feito. Agora, seus assessores estão atentos para evitar que algo desse tipo se repita. Afinal, errar uma vez é humano. Errar mais tem outro nome.

Turismo em debate/ Em sua primeira sessão, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado, presidida pelo senador Fernando Collor (Pros-AL), colocou luz sobre os desafios para a retomada do setor no pós-pandemia. A conclusão foi a de que, sem vacinação, a crise se agrava. Até 28 de junho, a comissão se reunirá todas as segundas-feiras para discutir e propor soluções que ajudem a elevar a atividade turística no país. A TV Senado transmite as reuniões, a partir das 18h.

RACHADINHAS / Procurador-geral da República, Augusto Aras, nega pedido de abertura de inquérito para investigar se o presidente Jair Bolsonaro tem vínculo com os depósitos em cheques feito por Fabrício Queiroz na conta da primeira-dama

Sem ligação com os R\$ 89 mil

» RENATO SOUZA

O procurador-geral da República, Augusto Aras, negou um pedido de abertura de inquérito para investigar se o presidente Jair Bolsonaro tem ligação com o depósito de R\$ 89 mil em cheques feito por Fabrício Queiroz na conta da primeira-dama Michelle Bolsonaro. O ex-assessor parlamentar do hoje senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) é pivô da investigação das rachadinhas envolvendo o primogênito do presidente da República. Também é investigada a participação de Márcia Aguiar, mulher de Queiroz, no esquema.

A decisão foi tomada por causa de uma ação apresentada pelo advogado Ricardo Bretanha Schmidt, de Santa Catarina, que solicitou abertura de investigação em agosto do ano passado para tratar do eventual envolvimento do presidente da República nas transações entre Queiroz e Michelle. No documento, Aras afirma que as movimenta-

ções financeiras do ex-assessor já foram alvo da investigação no Ministério Público do Rio de Janeiro que, no entanto, não comunicou indícios de crimes envolvendo Bolsonaro ou a mulher dele. Os promotores fluminenses ofereceram à Justiça uma primeira denúncia no caso.

“É notório que as supostas relações espúrias entre o senador Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz, seu ex-assessor na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, foram objeto de oferecimento de denúncia, na primeira instância, em desfavor de ambos e de outras pessoas supostamente envolvidas nos crimes correlatos. Inexiste notícia, porém, de que tenham surgido, durante a investigação que precedeu a ação penal em curso, indícios do cometimento de infrações penais pelo presidente da República”, diz um trecho da manifestação de Aras, acrescentando a falta de “lastro probatório mínimo para ensejar investigação”, diz trecho da decisão.

E acrescenta: “Os fatos noticiados, portanto, isoladamente



As supostas relações espúrias entre o senador Flávio Bolsonaro e Fabrício Queiroz foram objeto de oferecimento de denúncia. Inexiste notícia, porém, de que tenham surgido indícios do cometimento de infrações penais pelo presidente”

Trecho da decisão de Aras

considerados, são inidôneos, por ora, para ensejar a deflagração de investigação criminal, face à ausência de lastro probatório mínimo”.

Ed Alves/CD/D.A Press



Dinheiro depositado na conta de Michelle seria oriundo das rachadinhas

Relação antiga

O documento foi encaminhado a pedido do ministro Marco Aurélio Mello, relator da notícia-

crime formalizada no tribunal cobrando um inquérito para apurar a origem dos depósitos. Na prática, quando o Ministério Público Federal, que é o titular da

ação penal, se manifesta pela rejeição da abertura de uma investigação, é de praxe que os ministros promovam o arquivamento do pedido.

Queiroz é amigo da família do presidente e trabalhou no gabinete de Flávio quando ele era deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), e seria administrador do esquema das rachadinhas — quando parlamentar fica com metade dos salários dos seus funcionários.

O nome da primeira-dama apareceu na investigação pela primeira vez no final de 2018. Na época, um relatório do antigo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) identificou as movimentações suspeitas na conta de Queiroz e listou parte dos depósitos para Michelle, que totalizaram R\$ 24 mil. Na ocasião, Bolsonaro justificou as transferências como devolução de um empréstimo ao ex-assessor. O restante dos cheques na conta da primeira-dama foi relevado pela revista *Cruzeiro*, no ano passado.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Ministros foram contra decisão que jogava caso de Bittar para a 1ª instância

Foro prevalece para crimes de mandato anterior

A maioria do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que deputados federais e senadores mantêm a prerrogativa de foro privilegiado, mesmo nos casos de investigações que digam respeito a mandato anterior. Esse entendimento da Corte se aplica nos casos de deputados federais que logo depois se tornaram senadores, ou o caminho contrário, de senadores que assumiram uma cadeira na Câmara dos Deputados.

A decisão abre brecha, que de-

ve ser utilizado pela defesa do senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), para garantir o foro privilegiado do filho do presidente da República nas investigações do esquema de “rachadinhas, no antigo gabinete na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). Flávio, no entanto, deixou o cargo de deputado estadual para assumir uma vaga no Senado.

O caso julgado girou em torno do senador Marcio Bittar (MDB-AC), investigado por fatos criminosos que dizem respeito ao seu mandato anterior, na Câmara dos

Deputados. Em agosto do ano passado, a ministra Rosa Weber autorizou a abertura do caso para apurar supostos indícios de utilização irregular da cota para exercício de atividade parlamentar por parte de nove deputados federais e um senador.

No caso de Bittar, Rosa determinou o envio da investigação à primeira instância, pois a investigação gira em torno de irregularidades que teriam sido praticadas na época em que ele era deputado federal. “O encerramento do mandato, neste caso, justifica a cessa-

ção da competência deste Tribunal para o processamento do feito”, afirmou a relatora à época.

Tanto deputados federais quanto senadores possuem prerrogativa de foro perante o Supremo, mas, para Rosa, já que o inquérito mira atos que teriam sido praticados por Bittar no mandato anterior, o emedebista não teria mais direito ao foro. A maioria do tribunal, no entanto, discordou da relatora. A discussão sobre os “mandatos cruzados” ocorre desde 30 de abril no plenário virtual do STF.